

Novo Governo não poderá expandir economia

OTÁVIO VERÍSSIMO

O novo Presidente vai encontrar uma inflação de nível elevado, mas a economia funcionando muito próxima do normal, graças à eficácia do sistema de indexação. Encontrará, ainda, uma utilização da capacidade da indústria no seu limite, o que dificultará a adoção de medidas de expansão da economia a curto prazo. Completando o quadro de dificuldades, é possível que também encontre dificuldades com a safra agrícola, decorrente do esgotamento de um modelo de financiamento à agricultura.

Em linhas gerais é justamente esse o quadro de dificuldades que o próximo Presidente terá pela frente, de acordo com o ministro da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega. A essas dificuldades, entretanto, devem somar-se outras de natureza específica como a dificuldade para manter elevados superávits comerciais a curto prazo ou ainda a necessidade de concluir o ordenamento institucional das finanças públicas.

Ameaçando a estabilidade desse quadro e, enfim, da própria economia, permanece o temor de hiperinflação que viria a reboque de um processo de exacerbção das expectativas dos agentes econômicos. "Acredito que a economia que o novo Presidente vai receber dependerá muito do que aconteça nesse período final de transição", assegurou Maílson durante palestra proferida semana passada na ordem dos Economistas de São Paulo. "Os agentes econômicos vão estar na expectativa de ouvir a mensagem do novo Presidente", afirmou.

Partindo do pressuposto de que nenhum Presidente vai cometer a imprudência de anunciar medidas que inviabilizem o seu governo logo no início, Maílson alerta para a necessidade de haver uma diferença entre o discurso de campanha e a realidade. "Se assim for, como parece lógico, a julgar também pelas experiências de outros países e do próprio Brasil, o futuro vai depender de como conseguirmos conduzir a economia nesse período final de transição", comenta.

Vai depender também, prossegue Maílson, "de como se conduza esse processo até a posse. Principalmente no período entre a eleição e a posse. Para isso vão contribuir duas linhas de ação: a primeira, a firmeza com que o Governo está disposto a executar uma política monetária restritiva, de taxas de juros elevadas, diante dos óbices que existem à formulação e execução de uma política fiscal adequada às circunstâncias; a segunda, é a administração das expectativas, para o que devem contribuir não apenas o poder Executivo, e principalmente a área econômica do Governo, mas o Legislativo e o Judiciário, e todos os segmentos representativos da sociedade civil, como a imprensa, os economistas, os empresários e os formadores de opinião em geral".

Ao relacionar as dificuldades, de ordem econômica que o futuro Presidente encontrará, Maílson tem um cuidado todo especial com o fato de que a utilização da capacidade da indústria está no seu limite, o que acaba dificultando a adoção de políticas econômicas expansionistas. Medidas dessa natureza, de acordo com o ministro, acabariam apenas evidenciando ainda mais deficiências de infra-estrutura — "algumas imprevisíveis, como é o caso das estradas, outras previsíveis, como o que pode acontecer com a energia elétrica dentro de três a quatro anos".

Segundo Maílson, isso é um indicador de que uma retomada rápida do processo de crescimento poderia gerar pontos de estrangulamento na oferta de serviços públicos, o que dificultaria a administração da economia no futuro. "Mostra também que existem restrições importantes para a retomada de políticas expansionistas de consumo no curto prazo", assinala.

Passando para uma análise dos aspectos positivos, Maílson ressalta que o mais importante é que o novo governo vai encontrar uma economia com grande vitalidade, apesar dos elevados níveis de inflação e do desequilíbrio do setor público. "Dentro dessa vita-

lidade vale a pena situar um aspecto importante", comenta. "O setor privado está líquido e capitalizado, com grande potencial para retomar o ritmo de investimento necessário ao crescimento, tão logo se consiga remover as incertezas que caracterizam a atual conjuntura econômica".

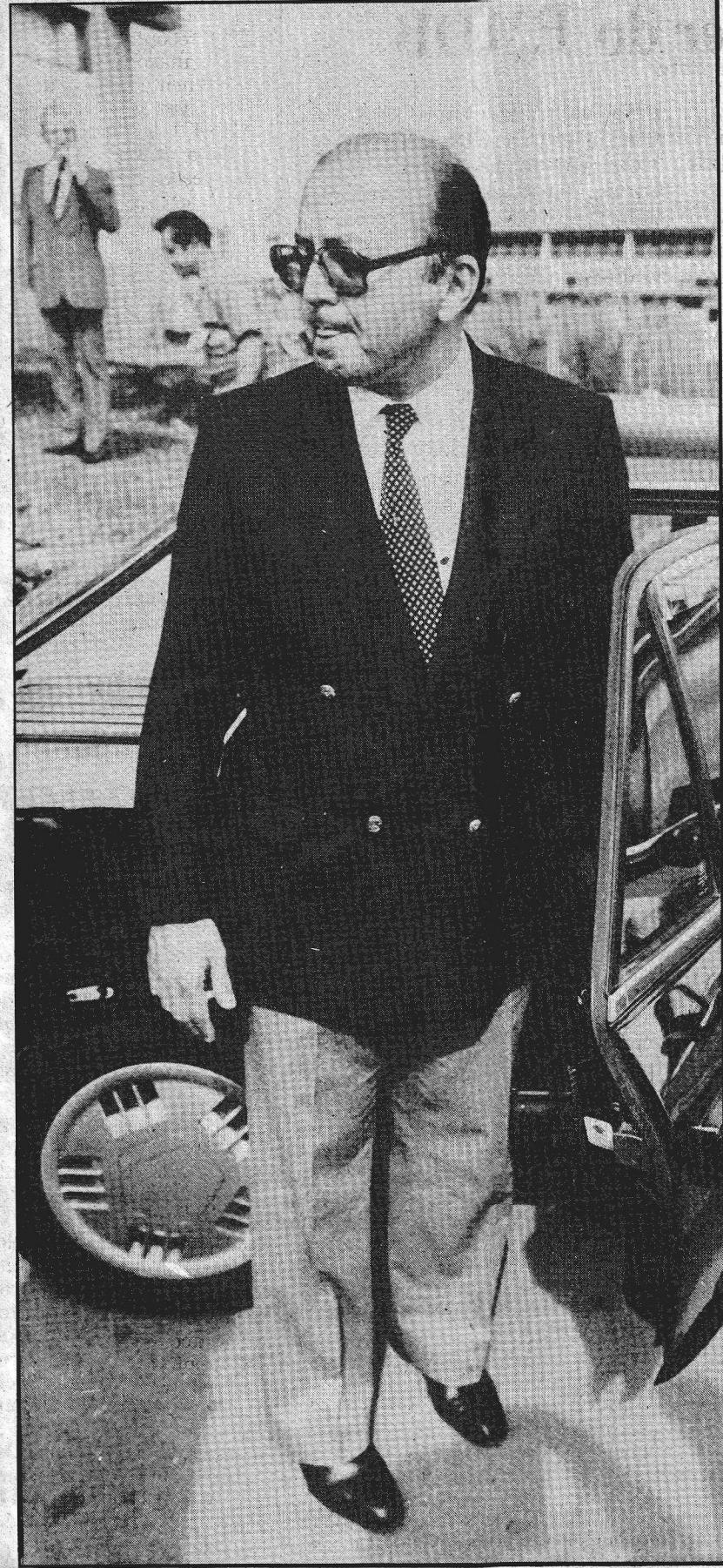
Maílson chama a atenção também para outro aspecto considerado relevante: o fato de que grande parte dos obstáculos à chamada eficiência alocativa está em processo de remoção, tendendo a criar condições para a modernização da economia. Como exemplo ele cita três pontos. "O primeiro é que temos, hoje, o menor nível histórico de incentivos e subsídios com recursos do Governo Federal".

O segundo ponto, de acordo com a avaliação do ministro, é a diminuição de controles e restrições às importações. "Fizemos um grande trabalho desde 1987, removendo barreiras administrativas, financeiras e tarifárias à importação", reivindica. Por fim, o terceiro ponto é a nova experiência que começa a surgir na área de preços, as câmaras setoriais. Uma experiência que o ministro qualifica como algo que ainda não foi de todo consolidado, mas que se apresenta como uma alternativa que pode ser ampliada pelo próximo governo, em substituição a um sistema ineficaz, exausto, de controle de preços através do CIP.

No que se refere à área social, Maílson da Nóbrega cita a permanência de um quadro de grandes carências sociais, vindo de longa data e que está a exigir melhoria na eficiência e no volume de gastos públicos com saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico e segurança.

Maílson lembra também que o novo Presidente encontrará demandas sociais ampliadas — sejam aquelas que nasceram de um processo de redemocratização econômica, sejam demandas sociais baseadas nas expectativas de mudanças associadas à posse de um novo governo e, naturalmente, às promessas que os candidatos estão fazendo".

EUGÉNIO NOVAES



Maílson diz que a economia ficará na dependência do que acontecer até a posse